



RECORTES DE IMPRENSA

OUTUBRO 2012



COM O APOIO:





histórias

Texto **Vanessa Fidalgo**

Os homens também sofrem em casa

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO É UM EXCLUSIVO DAS MULHERES. ELES TAMBÉM SÃO VÍTIMAS E DENUNCIAM CADA VEZ MAIS OS ABUSOS

Manuel, 43 anos, natural de Setúbal, acha que foi vítima de maus tratos infligidos pela mulher desde o início do casamento, que durou 11 anos. 'Acha' porque, na realidade, só depois de falar sobre o sofrimento dos seus dias com um técnico da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) percebeu que os problemas do seu casamento tinham um nome: violência doméstica. Mas neste caso, que está longe de ser único, a vítima era ele, o homem; a agressora era ela, a mulher.

"Ela insultava-me na presença de outras pessoas, até dos nossos filhos. Mas a situação agravou-se muito quando fiquei desempregado. Aí passei a ser a empregada de casa. Ela controlava tudo o que eu fazia. Um dia pôs-me fora do quarto de casal e a partir daí passei a dormir na sala. Sentia-me a pior das pessoas. Dos homens. Eu, que a amava tanto. Nem pelos nossos filhos ela parava.

Chegou a maltratar-me fisicamente. Deu-me uma vez uns socos e eu nada. Depois, atropelou-me", recorda Manuel.

E só quando o carro da família lhe passou por cima, os outros reconheceram que havia ali um problema sério: "A minha família achava que eu devia agradecer a minha ex-mulher para lhe ensinar o que é um homem. Mas nunca o fiz e isso valeu-me o desprezo do meu pai e dos meus irmãos. Só acreditaram no dia em que ela me atropelou e fui para o hospital por duas semanas", recorda.

Ao longo de 11 anos em que as agressões foram sempre crescendo, o que mais o magoou não foram as feridas do corpo. "Tentei conversar várias vezes com ela, mas não valia a pena, porque ela gritava que eu a agredia e depois ria-se. Chamava-me coisas horribéis, em especial em frente aos nossos filhos. Sempre que eu tentava pará-la, ela gritava que eu a fazia sofrer e que ninguém acreditava em mim", confessa.

Manuel, classe média-alta, está separado há três anos e



"Eles ainda acham que as instituições não estão preparadas para os apoiar"

"A crise não agrava a violência. Pode é dificultar a autonomização da vítima"

Daniel Cotrim
psicólogo da APAV

prestes a refazer a sua vida ao lado de outra pessoa. Mas não foi fácil. Aos filhos vai explicando que "o problema era dos adultos, mas que a mãe era a melhor do mundo". Para que cresçam a acreditar que a família não é um campo de batalha.

Manuel saiu de casa com a ajuda da Associação de Apoio à Vítima (APAV), à qual recorreu depois de ver na comunicação social uma entrevista com um dos técnicos sobre outros casos como o seu. Do lado de lá da linha atenderam-lhe o telefone e convenceram-no a aparecer na associação, para receber sobretudo apoio psicológico. "Precisava de falar e falei muito. Às vezes chega isso para vermos onde estamos metidos", garante.

Fim trágico

Menos sorte teve Fernando Freitas, 75 anos. A notícia da sua morte, em Novembro do ano passado, teve honras de primeira página nos jornais.

Fernando morreu na rua de Vila Chã, Vale de Cambra (São João da Madeira), à porta da moradia onde sempre viveu ▶



histórias

► com a mulher e onde, segundo os vizinhos, as discussões eram constantes.

Um mês antes da morte, os bombeiros voluntários de Vale de Cambra foram chamados para transportar Fernando ao hospital, devido a uma agressão mútua que lhe causou escoriações graves.

Razões de ordem económica, alvitrou a vizinhança, estariam na origem dos desentendimentos frequentes entre o casal – que era proprietário da empresa Almeida e Freitas, em Vale de Cambra, do ramo da comercialização de embalagens metálicas e de alumínio – e que estaria a atravessar uma grave crise financeira.

Daniel Cotrim, psicólogo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, discorda, porém, que o argumento da crise seja apontado como responsável pelo aumento dos números negros da violência doméstica em Portugal. “O que a crise pode trazer é mais dificuldades às vítimas em autonomizarem-se. O que existe agora é mais denúncias, porque a problemática também está a ser mais divulgada, bem como a acção da associação”, justifica.

Naquele dia, ninguém sabe

explicar o que levou Fernando a colocar-se em cima do capô do carro da mulher para a impedir de se deslocar a uma consulta médica. Sabe-se apenas que ela pôs o carro em marcha e mesmo com a vítima caída à sua frente, no chão, acelerou e passou-lhe por cima. Os ferimentos graves de Fernando Freitas foram-lhe fatais.

Em seguida, Maria Alice Almeida, 71 anos, entrou em casa e tentou suicidar-se. Nunca deu qualquer justificação para o seu acto.

Morte é frequente

Segundo os últimos dados da PSP sobre esta temática, um terço dos homicídios registados anualmente ocorrem em contexto conjugal. Das 8693 vítimas de crime que recorreram aos serviços da APAV em 2011, 16 por cento eram do sexo masculino, ou seja 1390 vítimas.

Casos como o de João F., de Coimbra, que também conseguiu escapar a um casamento violento, mas só depois de ver os filhos criados.

“A minha mulher sempre foi muito instável psicologicamente. Teve uma infância complicada, sofreu maus tratos, viu o pai morrer. Nos últi-

Vítimas

A esmagadora maioria das vítimas (91,4 por cento) tem nacionalidade portuguesa.

Crimes

As ofensas à integridade física simples (49,8%) e os crimes de maus tratos (21,2%) lideram.

Queixas

Cerca de 58 por cento das vítimas assistidas pela Associação de Apoio à Vítima apresentaram queixa à polícia.



MARIA JOÃO MARQUES

Casos de famosos também vêm a público

O ex-‘James Bond’ Roger Moore, actor inglês de 84 anos, revelou recentemente que foi vítima de violência conjugal nos dois primeiros casamentos. A primeira mulher, a patinadora Doorn Van Steyn, agredia-o com um bule de chá e arranhava-o. A segunda “tinha muito mau feitio” e, um dia, chegou a atirar-lhe uma guitarra na cabeça. Dorothy

Squires era de tal forma violenta que chegou mesmo a esmurrar o médico pessoal do actor, respondendo em tribunal pelo caso. Mas Roger Moore não está sozinho. Em Portugal, o jovem João Mota, modelo que se tornou conhecido no programa ‘Casa dos Segredos’, também confessou ter sido continuamente agredido pela namorada.



ROGER MOORE



JOÃO MOTA



MARIA ALICE ALMEIDA ATROPELOU MORTALMENTE O MARIDO EM VALE DE CAMBRA

mos anos, ela até ia às vezes ao psicólogo, mas nunca melhorou porque tão depressa ia como deixava de querer ir. Eu, por causa disso, sempre lhe fui desculpando tudo e sempre tive esperança de que ela melhorasse e mudasse", conta o ex-comerciante, de 56 anos.

Agora João está desempregado. Ou melhor, ficou desempregado no momento em que assinou o papel do divórcio, pois durante 23 anos de casamento trabalhou sempre no negócio da família dela, uma mercearia. E era lá que muitas

"Depressão, baixa auto-estima e problemas psicossomáticos são comuns"

Daniel Cotrim
psicólogo da APAV

"Não saí mais cedo porque não queria deixar os meus filhos"

João F.
vítima

das cenas de pancadaria aconteciam. "Quando ela estava mais agastada ou mais nervosa atirava com tudo ao ar. Chegou a partir uma caixa registadora. Uma vez, tive de levar 16 pontos na cara, porque atirou-me com um peixe congelado à cara", recorda João. Em casa era diferente, talvez pela presença dos três filhos do casal: "Ela tentava controlar-se mais à frente deles, mas era muito dominadora e arranjava sempre argumentos para provocar discussões. Discutíamos muito. Não era bom para ninguém, mas sempre

achei que não devia deixar os meus filhos sozinhos." Até ao dia em os filhos já estavam crescidos e João F. se cansou e bateu com a porta de vez, apoiado por uma irmã, com quem vive actualmente.

"Depressão, baixa auto-estima e problemas psicossomáticos" são os principais sintomas da vítima e eles, tal como elas, têm grande dificuldade em perspetivar a saída do lar "por causa dos filhos e pela ideia de que tudo pode melhorar", afirma o psicólogo da APAV.

Quando as vítimas são eles, a▶



histórias



PARA DEFENDER OS IRMÃOS, HUGO CORREIA ALVEJOU O PAI (VER CAIXA)

► vergonha esconde mais os rostos das histórias. “Os homens ainda sentem muita vergonha de falar deste tipo de situações e, sobretudo, acham que as instituições não estão preparadas para os receber e apoiar. Mas a verdade é que já estão bastante sensibilizadas para este tipo de vitimação que não é assim tão incomum”, as-

Mortes

Em Portugal, um terço dos homicídios acontece dentro do contexto familiar.

segura o especialista.

Nem sempre a violência doméstica é perpetrada pelo cônjuge, apesar deste ser o caso mais comum.

Almerindo T., 84 anos, viúvo, passou a viver com o filho e com a nora desde que sofreu um AVC e ficou com a sua autonomia comprometida. A situação não era do agrado da nora, e Alme-

rindo conheceu essa triste realidade na pele. “Traste, empecilho, velho jarreta”, chamava-lhe ela. Dizia que ele só existia para lhe complicar a vida. Humilhava-o à frente do filho e dos netos quando tinha de gastar dinheiro em fraldas para a incontinência. Deixava-lhe pão duro e bolachas para o almoço. Durante as férias da família ficava sozinho em casa. Almerindo nunca disse nada a ninguém, nem tão pouco conversou com o próprio filho, porque tinha consciência de que não tinha mais nenhum sítio para onde ir.

O seu suplício durou seis anos, mas a libertação chegou com a possibilidade de entrar para um lar. Quando lá chegou estava “deprimido e desnutrido, não tinha grande vontade de viver. Passava muitas horas calado e sozinho”, conforme recorda a assistente social Carla Martins. Só a muito custo a técnica conseguiu arrancar-lhe a verdade e encaminhá-lo para uma psicóloga. Agora, Almerindo passa 365 dias por ano no lar. Recebe, esporadicamente, apenas a visita do filho. ☺

Violência numa aldeia de Sintra

A violência doméstica mais frequente é a que tem o homem como agressor. Um dos casos mais recentes terminou em crime na aldeia de Tala, concelho de Sintra, a 16 de Agosto último. Em desespero, Hugo Alves, de 20 anos, pegou na caçadeira do pai e alvejou-o mortalmente, depois deste ter tentado matar os irmãos mais novos. O jovem entregou-se logo na esquadra da PSP do Cacém. Há muito que a tragédia se insinuava no sítio onde José Alves vivia com a mulher e os nove filhos, dos cinco aos 30 anos. A mulher aguentava-lhe as “tareias com o cabo da vassoura, com os punhos, com o que

viesses à mão”, conta Cátia Alves, uma das filhas. Os filhos assistiam e suportavam-lhe a vida errante, os maus tratos físicos e psicológicos: “Estava sempre aos encontrões, a falar-nos mal, a atirar as coisas pelo ar”. Quando estava sóbrio, prometia mudar. Invariavelmente, voltava sempre ao mesmo. Um dia, depois de quase três décadas “a acordar quase todos os dias com os olhos negros”, com o apoio da segurança social, a mãe fugiu finalmente. Terá sido por vingança que guiou o tractor em direcção aos filhos de 13 e 15 anos. Hugo, que assistiu a tudo de uma janela, pegou numa caçadeira.



ID: 44027797

02-10-2012

PSP apela a todos os idosos para denunciarem casos de violência



que “o local e a forma de atendimento não são tão facilitadores como deveriam ser mas talvez seja possível melhorar alguma coisa”, disse.

O responsável pela PSP nos Açores salientou que devem ser melhorados os mecanismos de apoio a idosos, adequar os imóveis para que os idosos não sofram qualquer tipo de quedas, sendo a família a grande âncora e sendo maior o apoio pecuniário que é dado aos mais velhos.

Carla Dias

O superintendente Barros Correia, Comandante Regional da PSP, disse ontem que a Polícia de Segurança Pública tem um papel activo na segurança dos mais velhos e salientou que a PSP assume como prioritária a intervenção com idosos.

O Comandante Regional da PSP nos Açores falava sobre “violência nas pessoas idosas: aspectos preventivos”, na abertura da actividade lectiva do programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores e falou sobretudo sobre o papel activo da PSP no cumprimento da directiva idosos em segurança.

O Superintendente explicou que a PSP trabalha no sentido de determinar o número de idosos existentes, discriminar as carências que têm, sinalizar e acompanhar casos de risco. Tudo através de actividades lúdico-preventivas que passam desde visitas porta-a-porta até eventos de várias entidades que solicitam a colaboração da PSP.

Barros Correia explicou os tipos de violência que são mais frequentes contra os idosos, dando destaque à violência física como a mais comum nos Açores. Além da violência física, destaca-se também a violência psicológica, o abuso sexual de idosos, a negligência, o abuso financeiro, o abandono e a auto-negligência.

Assumindo a intervenção junto dos idosos como prioritária, o Superintendente Barros Correia exibiu um pequeno filme que foi executado pela PSP em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) nos Açores, onde é dado um exemplo de como devem os idosos reagir após qualquer situação em que possam ser considerados vítimas. No vídeo, é simulado um assalto a uma senhora idosa que depois se dirige a uma esquadra da PSP para denunciar a situação e é aconselhada a procurar apoio junto da APAV.

ação e é aconselhada a procurar apoio junto da APAV.

No final do vídeo o Comandante Regional da PSP nos Açores apelou à cidadania, no sentido de se denunciarem todas as situações de maus-tratos contra idosos pois só denunciando se conseguem mitigar alguns dos crimes menos visíveis contra as pessoas mais velhas e que muitas vezes são praticados pelas pessoas que lhes são mais próximas.

No sentido da denúncia, Barros Correia destacou a necessidade de tornar mais facilitadores os serviços de atendimento ao público, pensando nos mais idosos e deu como exemplo os serviços da PSP referindo



ID: 44027797

02-10-2012

“Este tipo de programas tem a máxima importância para um envelhecimento activo e baseia-se em projectos de investigação científica, sobre gerontologia e sobre psico-gerontologia”

Aprendizagem ao longo da vida com oito novos cursos



Arrancou ontem a actividade lectiva do programa de Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade dos Açores, destinado à população sénior e que este ano tem oito novos cursos.

O programa de Aprendizagem ao Longo da Vida foi pioneiro a nível nacional na Universidade dos Açores, em 2003, e conta em média com 300 inscrições por ano abrangendo já vários concelhos, nomeadamente Ponta Delgada, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Vila do Porto, em Santa Maria, e Praia da Vitória e Angra do Heroísmo, na Terceira.

A Pró-reitora para a Formação ao Longo da Vida, Maria Teresa Medeiros, explica que há cada vez mais pessoas interessadas em inscrever-se neste programa porque “cada pessoa pode ter um contributo indispensável para o seu envelhecimento com bem-estar e actividade, seja cognitiva, seja de apoio social através dos outros. Este programa cuida das pessoas em termos globais, na dimensão cognitiva, dimensão afectiva e dimensão social e ética”.

O programa de Aprendizagem ao Longo da Vida assenta em três pilares, um primeiro de cursos livres e breves de 20 horas cada, que este ano conta com oito novos cursos.

Um segundo “mais expressivo e lúdico, com um coro chamado Vozes ao Entardecer, um grupo de teatro e aulas de ioga”. Um último pilar de seminários e conferências que decorrem durante todo o ano.

Os novos cursos são definidos de acordo com os interesses dos alunos “que se pronunciam sobre os cursos do ano seguinte”, informa Maria Teresa Medeiros que acrescenta que este ano lectivo a oferta formativa inicia-se com o curso de “história da Igreja e das vivências religiosas”, “história do traje”, “arquitectura e jardins: programas oitocentistas da arte de construir nos Açores”, “avós e netos: que desafios?”, “história natural dos Açores”, “corpo e sexualidade ao longo da vida”, “que posso fazer? Que devo fazer? Alguns problemas de consciência” e “navegar na net”.

Os cursos vão ser dados por professores da Universidade dos Açores e qualquer pessoa pode frequentar o programa de Aprendizagem ao Longo da Vida pois não são necessários pré-requisitos de habilitações académicas. O programa conta com alunos dos 50 aos 92 anos, sendo que 6% dos alunos têm mais de 80 anos.

Maria Teresa Medeiros revela que este tipo de programas tem a máxima importância para um envelhecimento activo, sendo baseado o programa na investigação científica, sobre gerontologia e sobre psico-gerontologia. De acordo com uma investigação feita pela Pró-reitora e por um professor da Universidade de Coimbra “as pessoas que frequentam a Universidade dos Açores neste programa têm mais saúde, mais bem-estar, outro sentido da vida e encontram maior felicidade. Verificamos um índice menor de depressão, aumento de satisfação com a vida e há alunos que dizem que diminuíram 3 e 4 medicamentos desde que entraram para a Universidade dos Açores”, conclui Maria Teresa Medeiros que avança assim os benefícios de os idosos se manterem activos.

“Neste programa as pessoas que frequentam a Universidade dos Açores têm mais saúde, mais bem-estar, outro sentido da vida e encontram maior felicidade”, afirma Maria Teresa Medeiros

Carla Dias

TESTEMUNHO REAL

“FUI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA”

Primeiro o pai, depois o marido. Esta leitora de Lisboa passou a vida a ser agredida fisicamente

A minha história deve ser igual à de tantas mulheres portuguesas e à de milhares de outras espalhadas pelo mundo inteiro. Durante praticamente toda a minha vida fui vítima

tos. Sentia-me feliz. Estava com um homem que amava, ia ser mãe, ia sair de casa... Mal eu sabia no que me iria meter. No dia a seguir ao casamento, o meu marido bateu-me pela primeira vez. Durante todos estes anos, tenho dado voltas à cabeça para perceber porque o fez,

qual o motivo que o levou a levantar-me a mão... Nunca encontrei essa razão. Só sei que a violência que tinha pensado que deixara para trás em casa dos meus pais me “seguira” para o meu casamento.

“POR COMODISMO, ACEITEI A SITUAÇÃO”

Nem a minha gravidez o impediu de continuar a ser violento. Nas semanas boas, batia-me só uma vez, nas más, todos os dias. Como a minha mãe, calei-me e passei 20 anos junto desse homem, mesmo recebendo diariamente socos e estaladas em vez de amor e carinho. Nem eu percebo

por que não me revoltei mais cedo. Afinal, durante a minha adolescência, tinha jurado não aceitar uma situação semelhante quando tivesse a minha vida autónoma. Mas, pelos filhos, por comodismo, por falta de autoestima, aceitei. Quando, um dia, ele substituiu as mãos por uma faca e tive de ser assistida no hospital, tudo mudou... Encontrei uma enfermeira que percebeu o que se tinha passado. Que não tinha sido um acidente. As suas palavras de conforto e de esperança tocaram-me o coração. E pela

“Tenho 40 anos e sei que ainda posso ser feliz”

vida que me resta e pelo amor que tenho pelos meus filhos, resolvi agir. Fiz queixa dele, pedi ajuda à APAV, deixei-o, comecei uma vida nova. Não foi fácil nem rápido. Mas valeu a pena. Tenho 40 anos e sei que ainda posso ser feliz. Sei, pelo menos, que mereço levar uma vida em que não tenha de ser agredida por ninguém. E se eu fui capaz, qualquer pessoa o é também. ■

“Substituiu as mãos por uma faca e fui parar ao hospital”

de violência doméstica. Aliás, não há um momento em que me lembre de estar livre deste drama... Desde sempre que o meu pai batia na minha mãe. Cresci a ver isso e eu própria era frequentemente alvo da fúria física e psicológica dele. As coisas tornavam-se ainda piores quando ele bebia. Passei a adolescência a pensar no dia em que conseguiria a minha independência, em que sairia de casa para ser feliz. Mas isso era apenas um sonho.

BATER, PORQUÊ?

Com 18 anos conheci um rapaz num baile. Apresentava-se bem, era bem falante, simpático. Apaixonei-me à segunda palavra trocada com ele. Não demorou muito para que começássemos a namorar nem muito para que pensássemos em nos casar. O meu pai foi contra, claro, mas eu engravidei e ele não teve outro remédio senão aceitar os fac-



ID: 44119704

08-10-2012

Atual 3 Prevenção dos homicídios conjugais

Polícias avaliam perigo de vida de mulheres agredidas

Iniciativa. Elementos de 142 postos da GNR e esquadras da PSP vão receber formação, durante este mês, sobre um novo modelo de classificação de risco de morte para as vítimas de violência doméstica. A sua opinião estará no processo

RUTE COELHO

Magda tinha 20 anos e estava grávida de oito meses quando foi assassinada à catanada pelo ex-namorado, no dia 10 de junho. A jovem vítima queixara-se pelo menos quatro vezes por violência doméstica na GNR do Bombarral e Cadaval e houve ainda mais sete participações feitas por familiares e amigos. Onze queixas, pelo menos, no total.

Para evitar mais "Magdas" em Portugal, país que continua a ter uma média de 30 a 40 mulheres assassinadas anualmente por companheiros, o Governo está a criar um instrumento para as forças de segurança avaliarem melhor o risco de homicídio e de novas agressões que as vítimas de violência doméstica correm. No futuro, o agente que recebe a queixa vai catalogar o risco e colocar a sua análise no processo, que pode ser de indicação de "risco médio", "elevado" ou "extremo".

É um novo método de avaliação de risco que foi concebido por uma equipa da Direção-Geral de Administração Interna (DGAI). Será testado, a partir de novembro, em 700 casos reais de violência doméstica. "Elementos patrulheiros e do atendimento ao público da PSP e da GNR de 142 postos e esquadras de Lisboa e Porto vão receber formação para saber avaliar o grau de risco das vítimas já em outubro", avançou ao DN Luís Isidro, coordenador da equipa da DGAI (*ver caixa*).

Será depois posto em prática entre 15 de novembro e 15 de dezembro. Com este novo método, um formulário com 19 perguntas alusivas à situação que a vítima enfrenta é-lhe dado na esquadra da PSP ou no posto da GNR a que se vai dirigir para fazer a participação do crime. As perguntas são diretas e as respostas apenas de "Sim", "Não" ou "Não Se Aplica/Desconhecido". "Receia que o agressor possa assassiná-la ou a outro familiar?" ou "Já houve episódios anteriores de agressão?" são algumas das perguntas dirigidas à vítima.

Caberá depois ao agente da PSP ou militar da GNR que atendeu aquela mulher (ou homem), e que leu as respostas que a vítima deu ao formulário, classificar o perigo que a queixosa corre. "Risco médio", "elevado" ou "extremo" são as classificações. "Muitas ve-

zes as vítimas fazem queixas de violência doméstica e depois aparecem mortas. Tem de haver uma avaliação objetiva do risco de morte que as pessoas correm. Por isso é que o agente ou militar que atende a vítima anexa depois o formulário com a classificação do risco que deu no processo que é remetido ao Ministério Público", adianta.

Os magistrados do Ministério Público "não se sentirão muito à vontade em decretar apenas proibição de contactos do agressor com a vítima num caso de gravidade extrema", confia o coordenador da equipa da DGAI. Poderão optar logo pela aplicação de medidas como a detenção do agressor fora de flagrante delito ou o afastamento da vítima do agressor.

cia doméstica nas forças de segurança e às equipas de investigação criminal.

A nova avaliação de risco resulta de uma parceria entre a DGAI, a PSP, a GNR e a Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (PGDL) e a Universidade do Minho, adiantou Luís Isidro.

"O objetivo é que em 2013 este instrumento esteja implementado em todo o País", frisou. No dia 25 de setembro a Escola de Polícia Judiciária, em Loures, foi o palco de um seminário intitulado "Morrer no Feminino: da Prevenção à Intervenção". Luís Isidro foi um dos oradores convidados e falou, precisamente, sobre a "avaliação de risco no contexto das forças policiais".

A estatística dos homicídios conjugais não tem parado de subir, neste que ameaça ser um ano negro neste tipo de crime.

Em 2013 estará em todo o País

O novo formulário de avaliação de risco é um instrumento que vai ser útil aos patrulheiros da PSP e GNR, aos núcleos da violên-

25

mulheres foram assassinadas pelos maridos até ao final de setembro, o que dá quatro mortes por mês

250

mulheres foram mortas em Portugal no contexto das relações íntimas entre 2006 e 2011



ID: 44119704

08-10-2012

À MARGEM

Postos e esquadras que vão ter formação

► A formação sobre o modelo de avaliação de risco será dada a 46 postos da GNR e 96 esquadras da PSP nos distritos de Lisboa e Porto, num total de 142 instalações policiais, referiu ao DN Luís Isidro, coordenador do projeto na Direção-Geral de Administração Interna. Na Grande Lisboa a formação será, além da capital, em postos e esquadras de Torres Vedras, Vila Franca de Xira, Alenquer, Cascais, Oeiras e Loures. Na zona do Grande Porto incluirá Matosinhos, Gaia, Vila do Conde, Maia, Gondomar, Santo Tirso, Penafiel, Felgueiras e Amarante.

UMAR faz ciclo de conferências

► A União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) realiza o segundo ciclo de conferências sobre a violência doméstica no dia 9 de novembro, em São João da Madeira. Uma das intervenções será sobre o "Homicídio Conjugal no Feminino" e outra sobre o "Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais". A 25 de novembro o núcleo da UMAR na ilha da Madeira organiza uma conferência sobre a violência doméstica, que também tem vindo a aumentar naquela região autónoma. A associação vai tentar levar algumas mulheres vítimas ao debate.

Teleassistência abrange 60 vítimas de violência

► O programa de teleassistência às vítimas de violência doméstica, gerido pela Cruz Vermelha - através de um call center onde dispara o alarme quando a vítima aciona o botão de pânico do telemóvel que lhe é distribuído -, "abrange atualmente cerca de 50 a 60 vítimas em todo o país e nas ilhas", explicou Luís Isidro, da Direção-Geral de Administração Interna (DGAI). O programa surgiu em 2009 como uma ideia experimental mas "funcionou e vai continuar", adiantou o responsável da DGAI. A continuidade deve-se à eficácia que tem demonstrado.

PSP e GNR têm salas próprias de atendimento das queixas

► Atualmente existem no dispositivo da PSP 142 Salas de Atendimento e Apoio às vítimas de Crime, entre as quais as vítimas de violência doméstica. São salas que foram criadas para garantir um atendimento mais especializado, refere a Polícia de Segurança Pública no seu site. A GNR tem o projeto IAVE (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas), que inclui 22 núcleos em todas as sedes de distrito e mais quatro em S. João da Madeira, Penafiel, Almada e Portimão. Tem ainda 210 equipas para estes casos, distribuídas pelos postos territoriais em todo o País.

ESTUDO

Os quatro perfis dos homicidas conjugais

Pela primeira vez em Portugal uma investigadora traçou os quatro perfis dos "femicidas" ou homicidas conjugais. O femicídio, explica, "é o crime em que o homem mata a mulher no contexto de relações íntimas presentes ou passadas, que podem ser de namoro, casamento ou união de facto". Iris Almeida fez este levantamento para a tese de doutoramento em psicologia no ISCTE, estudo que será publicado e distribuído aos operadores do sistema policial e judicial. Contou com a colaboração da Polícia Judiciária para o trabalho

Suicida-se após matar companheira

PRIMEIRO São os agressores que matam as mulheres e a seguir se suicidam. Foi o que aconteceu na última situação conhecida de homicídio conjugal, em setembro, numa casa em Cernadelo, Louzada. A mulher, de 40 anos, foi estrangulada e o companheiro, de 32, enforcou-se a seguir ao crime.

"Por vezes estes agressores fazem outras vítimas, como os próprios filhos. Têm associados problemas de saúde mental ou de abuso de medicamentos e de álcool", refere Iris Almeida. Costumam ter entre 60 a 70 anos.

Representam 30% dos 125 casos estudados (37 casos). "São homens com sentimento de posse e controlo sobre a mulher. Cometem o crime com recurso a arma de fogo", frisa. Os crimes cometidos por estes agressores são os mais difíceis de prevenir. Não há fatores de risco envolvidos. São casos imprevisíveis em que a decisão de matar a mulher é "repentina", adianta a investigadora que abordou estes casos para a sua tese de doutoramento.

Este perfil é o de "femicídio no contexto familiar", refere Iris Almeida. Não sendo a maioria dos casos, representam, no entanto, uma fatia preocupante. Até porque a prevenção, como assinalou a investigadora, é difícil.

Mata a mulher numa discussão

SEGUNDO Este caso corresponde ao "femicídio em contexto de violência nas relações íntimas". Os agressores têm idades entre os 50 e os 60 anos. Este tipo de crime representa 27% dos 125 casos analisados por Iris Almeida, ou seja 33 situações.

Estes crimes "tendem a não ser premeditados", refere a investigadora. Surgem no decurso de uma discussão doméstica e são sobretudo cometidos com recurso a arma branca (a faca de cozinha é a mais comum).

Os agressores deste perfil já estão registados no sistema policial como tendo antecedentes por violência doméstica ou ofensas à integridade física.

São, em regra, homens com um histórico por abuso de álcool, violentos por natureza. "Nestes casos é mais fácil a prevenção do que no primeiro perfil de agressores", refere a investigadora Iris Almeida.

Inserido neste perfil psicológico está o caso de um homem que foi condenado a uma pena de 19 anos de prisão pelo tribunal de Benavente, no dia 13 de julho, por ter esfaqueado sete vezes com uma faca de cozinha a mulher, na casa onde viviam, em Samora Correia. Tratou-se, na situação concreta, de um homicídio qualificado.

O que reage à namorada que sai de casa

TERCEIRO Este enquadramento é para casos em que agressores e vítimas têm idades entre os 17/18 anos até aos 30. São mortes ocorridas em relações de namoro, explica a investigadora Iris Almeida.

Corresponde este perfil a 27 casos do estudo desenvolvido por Iris Almeida, ou seja 22% dos 125 casos. São mortes em relações de namoro. Neste perfil, o método mais usual de matar é o estrangulamento. São agressores com antecedentes criminais por furto e tráfico de droga, não necessariamente por violência doméstica. A motivação para o crime é a vítima ter saído de casa. Nestas relações a mulher costuma ter filhos de outros relacionamentos. Agressores e vítimas têm empregos instáveis, precários e relações pouco duradouras. "Também é possível atuar na prevenção. Já estive, por exemplo, envolvida num projeto de sensibilização nas escolas sobre a violência no namoro", frisou.

A este padrão, Iris Almeida chamou no estudo "o femicídio no contexto de separação". Neste perfil inscreve-se o caso de Bruno Marques, que, a 21 de novembro de 2011, matou a tiro a ex-namorada, Fátima Afonso, de 28 anos, na Charneca da Caparica, no apartamento onde ambos viveram juntos.

Agressor que planeia o crime

QUARTO Corresponde a 20% dos casos, ou seja, 25 em 125 situações estudadas. São os indivíduos mais perigosos. Têm entre os 30 e os 40 anos ou entre 40 e 50.

Matam as parceiras em relações já terminadas e por vezes terminadas há muito tempo. "Num dos casos analisados, o homem matou a mulher após nove anos de separação e de permanente perseguição à vítima. Isto sem que a vítima se apercebesse de que o ex-marido conhecia toda a sua rotina", recordou a investigadora. São homens que planeiam o crime com meses ou anos de antecedência. Ameaçam de morte a vítima e muitos já têm antecedentes por terem tentado matar a ex-mulher. Para estes homens, a mulher, mesmo separada, continua a ser sua propriedade e não é nem o direito de começar a vida com mais ninguém.

Este perfil pode ser prevenido porque estes indivíduos têm antecedentes e comportamentos de *stalking* ou perseguição. Neste perfil enquadra-se António Pinto, de 60 anos, que assassinou a ex-mulher com um tiro na cabeça a 23 de agosto, na Marinha Grande, após ter ameaçado por diversas vezes que um dia a mataria. Este homem tinha cadastros, neste caso pelo homicídio de dois polícias na Bélgica.

125 casos de homicídio foram vistos à lupa

INVESTIGAÇÃO Psicóloga Iris Almeida analisou todos os inquéritos da PJ até 2011 e entrevistou ainda 12 homicidas conjugais. Depressão comum nos agressores

Com a colaboração da Polícia Judiciária, a psicóloga Iris Almeida analisou 125 casos, ocorridos em 2000 e 2001, investigados pelas secções de homicídios das diretorias de Lisboa, Centro e Norte da PJ. Daí resultaram os quatro perfis principais do seu estudo. Os fatores de risco mais fre-

quentes, concluiu, são a separação, a violência nas relações íntimas e a mulher ter filhos de outras relações. "Quando estes três fatores existem numa relação aumenta a possibilidade do crime de femicídio", sublinha.

Iris Almeida fez ainda 12 entrevistas a homicidas conjugais e confirmou que a depressão é comum nos agressores que matam as mulheres e a seguir se suicidam (o primeiro perfil) e que as perturbações do tipo compulsivo da personalidade são frequentes nos outros perfis. Doenças que nunca são diagnosticadas. A investigadora

concluiu também que a maior parte dos homicidas teve problemas na relação com os pais e foi vítima ou testemunha de violência na infância. "É preciso intervenção com os agressores de violência doméstica", alerta.

Iris Almeida espera que o crime de femicídio venha a ser tipificado no Código Penal como já aconteceu em países da América Latina como Chile e Costa Rica. "Em Espanha há um grande debate sobre a tipificação do crime de femicídio", refere, revelando que também tem esperança de que esse debate chegue a Portugal.

JUSTIÇA**Joana M. Vidal
é a nova PGR**

→ ***Sucede a Pinto Monteiro na liderança da Procuradoria Geral da República; toma posse dia 12***

O Presidente da República vai nomear Joana Marques Vidal, de 57 anos, para o cargo de Procuradora-Geral da República. Joana Marques Vidal ocupa assim o lugar deixado vago por Pinto Monteiro. Com 33 anos de carreira no Ministério Público, foi procuradora-adjunta, dirigente sindical e presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Ocupava funções como auditora jurídica do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e magistrada do MP no Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores.

PRESIDENTE DA APAV

Joana Marques Vidal é a nova procuradora

**JOANA MARQUES VIDAL** vai substituir Pinto Monteiro

■ O Presidente da República vai nomear a procuradora-geral adjunta, Joana Marques Vidal para procuradora-geral da República (PGR). É a primeira vez que o cargo será ocupado por uma mulher.

Nascida em Coimbra, filha do juiz jubilado José Marques Vidal e irmã do procurador João Marques Vidal, licenciou-se em Direito em Lisboa e entrou para a magistratura do Ministério Público como estagiária, em 1979, em Coimbra. Em 1994, foi pro-

movida a procuradora da República e colocada na comarca de Lisboa.

A nova PGR foi vogal do Conselho Superior do Ministério Público, procuradora da República coordenadora dos magistrados do Ministério Público do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, de 1994 a 2002, e directora-adjunta do Centro de Estudos Judiciários, entre 2002 e 2004.

É também presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). ■



Joana Marques Vidal será Procuradora-Geral

O Presidente da República, Cavaco Silva, vai nomear a Procuradora-Geral Adjunta Joana Marques Vidal para Procuradora-Geral da República (PGR), anunciou ontem a Presidência.

A tomada de posse está marcada para o próximo dia 12 de Outubro, divulgou o Palácio de Belém através de uma nota no sítio da Internet da Presidência da República.

"Completando-se amanhã (hoje), 9 de Outubro, os seis anos do mandato do actual Procurador-Geral da República, o Governo propôs a nomeação, para o substituir, nos termos do art.º 133, alínea m), da Constituição, da Senhora Procuradora-Geral Adjunta Dra. Joana Marques Vidal. A proposta mereceu o acordo do Presidente da República, tendo a posse sido fixada para 12 de Outubro", lê-se no sítio da Presidência.

Joana Marques Vidal torna-se na figura máxima do Ministério Público (MP) 33 anos depois de ter ingressado na magistratura. Actual audi-



tora jurídica do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, magistrada do MP no Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada, Joana Marques Vidal licenciou-se em Direito pela Faculdade da Universidade, em 1978.

Presentemente, é presidente da direcção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e vice-presidente da direcção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família - Crescer Ser.

Joana Marques Vidal, de 56 anos, é irmã de João Marques Vidal, um dos procuradores que representam o MP no julgamento do caso "Face oculta", processo em que são arguidos, entre outros, o empresário do ramo da sucata Manuel Godinho e o ex-ministro Armando Vara.

As reacções à nomeação têm sido positivas, como foi o caso da Associação Sindical de Juízes, que entende que Joana Marques Vidal "tem capacidade para mudar e reorganizar o Ministério Público".



Joana Marques Vidal abandona presidência da APAV

Nova procuradora deixa Associação de Apoio à Vítima

Justiça

Mariana Oliveira

Joana Marques Vidal já começou a preparar a equipa que a irá apoiar na Procuradoria-Geral da República

A nova procuradora-geral da República (PGR), Joana Marques Vidal, que preside desde 2010 à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), vai abandonar a liderança daquela instituição particular de solidariedade social para se concentrar nos problemas do Ministério Público. A magistrada já começou a tratar da escolha da equipa que a vai apoiar na Procuradoria-Geral da República, nomeadamente, o vice-procurador-geral que a substituirá nas suas ausências.

Isabel São Marcos, a actual vice-procuradora-geral, cessa funções na próxima sexta-feira com a tomada de posse de Joana Marques Vidal. Mas como, entretanto, deixou o Ministério Público e foi colocada como juíza no Supremo Tribunal de Justiça, não poderá continuar até ser nomeado o seu sucessor.

A nova procuradora-geral pode escolher interinamente um magistrado até que o nome que propuser para seu “número dois” seja aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), o órgão que tutela aquela magistratura. Se tal não acontecer e for necessário substituir por alguma razão Joana Marques Vidal, o lugar é assumido pela procuradora-geral adjunta mais antiga em Lisboa, no caso, a directora do Departamento Central de

Investigação e Acção Penal, Cândida Almeida.

Para o seu gabinete, Joana Marques Vidal terá ainda que seleccionar um chefe de gabinete e seis assessores, além de dois elementos do secretariado.

Joana Marques Vidal terminava o mandato na APAV no final deste ano, mas sairá antes, sendo substituída pelo actual vice-presidente, João Lázaro. Ontem ninguém na APAV quis comentar a saída da procuradora, remetendo todas as informações para uma mensagem colocada no site da instituição. Na nota, desejam-se sucessos à magistrada e deixa-se um elogio: “Para além das inegáveis qualidades e competências técnicas e qualidades pessoais, destaca-se a coragem com que enfrenta cada novo desafio”.

Membros do CSMP explicam que não existe qualquer incompatibilidade legal entre as duas funções, mas acham normal a opção da próxima procuradora-geral. Joana Marques Vidal, que estava no continente, viajou ontem para os Açores, onde era representante do Ministério Público na secção regional do Tribunal de Contas. A magistrada foi tratar das últimas questões antes de abandonar as funções, já que terá que passar a viver em Lisboa. Contactada pelo PÚBLICO, a procuradora informou que não vai prestar declarações até à tomada de posse.

A magistrada também deve deixar a vice-presidência da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família – Crescer Ser, mas ainda não comunicou a decisão. “Ainda não discutimos isso, mas é algo que vamos fazer em breve”, afirmou o juiz Armando Leandro, que preside à instituição.



Joana Marques Vidal poderá ser a primeira mulher Procuradora-geral da República



Joana Marques Vidal, uma especialista em direito da Família e dos Menores, poderá ser a primeira mulher ocupar o cargo mais alto da magistratura do Ministério Público. Ao fecho da nossa edição, o seu nome era um dos três que o Governo sugeriu ao presidente da República

para suceder a Pinto Monteiro. Além de Joana Marques Vidal, o Governo enviou para a Presidência da República, faz hoje uma semana, uma lista com mais dois nomes: Euclides Dâmaso, actual Procurador-geral Distrital de Coimbra, e José Manuel Santos Pais, que representa o Ministério Público no Tribunal Constitucional. O Procurador-geral da República é nomeado pelo presidente da República, sob proposta do Governo. Era natural que a decisão final fosse anunciada ontem, tendo em conta que termina já hoje o mandato de Pinto Monteiro.

Este, de resto, avisou que cessaria funções, com ou sem sucessor nomeado.

Maria Joana Raposo Marques Vidal,

nascida em Coimbra há 56 anos, iniciou a sua carreira no Ministério Público em 1979 e subiu ao topo da carreira em 2004, ao ser nomeada Procuradora-geral adjunta.

Actualmente, exerce funções como auditora jurídica do representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, do Ministério Público no Tribunal de Contas (secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada).

Fora da magistratura, Joana Marques Vidal é presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e vice-presidente da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família.

> *Debate sobre “um fenómeno que perpassa gerações, géneros e classes”.*

SPP ORGANIZOU SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

CASOS DO DIA

BRAGA

Quebrar silêncio da violência

A violência doméstica continua a ser um crime ‘encoberto’, quer pelo silêncio das vítimas, quer por alguma tolerância. Ontem, em Braga, o tema esteve em debate, pela mão do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP).

> **teresa marques costa**

A violência doméstica, nas suas diversas formas, esteve ontem em debate, em Braga, por iniciativa do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP-PSP).

O responsável distrital do SPP, José Coelho, explicou que o objectivo é promover a reflexão e o debate sobre “um fenómeno que perpassa gerações, géneros e classes”.

Na abertura do seminário, que decorreu durante o dia de ontem no Museu D. Diogo de Sousa, o vereador e líder da oposição na Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, destacou a relevância do tema que “não sendo um fenómeno novo”, “não pode deixar indiferente a sociedade e as instituições públicas que têm de encontrar respostas para mitigar o problema”.

Ricardo Rio considerou “preocupantes” os números dos atendimentos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)



DR

SPP mobilizou para o debate representantes de várias áreas

que só, no concelho de Braga, totalizaram mais de 400, o ano passado. Apesar dos números, o

presidente da Junta de Freguesia de S. Victor, Firmino Marques, lembrou que a violência domés-

tica “é uma questão encoberta”, destacando o mérito e a coragem do Sindicato de Profissionais de

Polícia em “pôr a nu” uma “questão que não sendo fácil é de discussão diária”.

O autarca da freguesia mais populosa do concelho de Braga reconhece que “não há fórmula para terminar com esta problemática”, mas o debate “abre uma janela de esperança para as vítimas”.

Do ponto de vista da justiça, Firmino Marques considera preocupante “o excesso de penas suspensas” e a “insuficiência de condenações” de agressores, que revelam “a ligeireza com que este crime é encarado”.

O autarca destacou ainda o “número altamente preocupante de vítimas que sucumbem à violência doméstica”.

Em matéria de justiça, a professora auxiliar da Universidade Fernando Pessoa, Ana Isabel Sani - que há vários anos estuda a problemática da violência doméstica - também apontou a percentagem elevada de arquivamentos de inquéritos.

JUSTIÇA

Joana Marques Vidal, com raízes em Águeda, é a nova PGR

■ Joana Marques Vidal, que tem raízes familiares em Águeda, assume esta sexta-feira o cargo de Procuradora-Geral da República (PGR), sucedendo a Pinto Monteiro, que na segunda-feira terminou o seu mandato, ao fim de seis anos. Prestes a completar 57 anos, em Dezembro, Joana Marques Vidal é filha do juiz jubilado José Marques Vidal, de Pedações, Lamas do Vouga, que foi director da Polícia Judiciária nos governos de Cavaco Silva. Numa família com

tradições na área da justiça, Joana Marques Vidal é irmã de João Marques Vidal, procurador responsável pelo caso Face Oculta, em julgamento em Aveiro.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1978, Joana Marques Vidal é procuradora-geral adjunta, sendo actualmente representante do Ministério Público na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Especializada na área de Direitos da



D.R.

JOANA MARQUES VIDAL assume o novo cargo na sexta-feira

Família e Menores, a procuradora é desde 2010 presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Esta sexta-feira torna-se na primeira mulher a desempenhar o cargo de Procuradora-

Geral da República. De acordo com a lei, o nome do chefe do Ministério Público é escolhido pelo Governo mas tem de ser aceite pelo Presidente da República, que lhe dá posse. **RC**



ID: 44159004

10-10-2012

Laborinho Lúcio afirma que a nova PGR “tem conhecimento profundo do MP”

O antigo ministro da Justiça Laborinho Lúcio afirmou ontem que a nomeação de Joana Marques Vidal para o cargo de procuradora-geral da República (PGR) foi “uma excelente” escolha, realçando que a magistrada tem um “conhecimento profundo” do Ministério Público segundo avançou, ontem, o jornal “Correio da Manhã” na sua edição online.

“Joana Marques Vidal é uma magistrada muito competente, com grande experiência de intervenção em várias áreas, em que liga a dimensão humana a uma dimensão técnica, e na estrutura interna do Ministério Público, cuja organização apela também a um diálogo permanente, é fundamental que à frente esteja uma pessoa que tem conhecimento das matérias”, declarou Álvaro Laborinho, juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça.

Joana Marques Vidal é uma pessoa “de-



terminada, capaz de assumir com frontalidade os problemas e de ter uma relação com o mundo exterior também muito frontal e verdadeira” e, por isso, reúne todos os requisitos para se “transformar numa magnífica” procuradora-geral da República (PGR), acrescentou.

Laborinho Lúcio, que conhece Joana Marques Vidal “há muitos anos”, tendo trabalhado com a magistrada na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e na Crescer Ser (associação portuguesa para o direito dos menores e da família), re-

alçou também o profundo conhecimento que a magistrada tem no domínio da intervenção cívica e associativa.

“Tem um trajecto inequívoco de empenhamento e preocupação com o outro (...) o que lhe dá uma perspectiva de um mundo que também interessa ao Ministério Público e que permite encontrar na sua experiência um suporte de qualidade da acção que vai desenvolver”, salientou.

Prestes a completar 57 anos em Dezembro, Joana Marques Vidal torna-se no quinto PGR a ser nomeado após o 25 de Abril.

Filha do juiz jubilado José Marques Vidal, director da Polícia Judiciária nos governos de Cavaco Silva, Joana Marques Vidal, toma posse na próxima sexta-feira, para um mandato de seis anos.

Actual auditora jurídica do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, magistrada do Ministério Público no Tribunal de Contas, Secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada, a magistrada licenciou-se em Direito pela Faculdade da Universidade, em 1978.



APAV lança campanha contra a violência sexual



●●● A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima aproveita a Festa das Latas para pôr na rua o projeto Unisexo, para prevenção da violência sexual no ensino superior.

A violência sexual é, na maioria dos casos, ocultada pelas vítimas, diz a APAV, que estima, mesmo, que há quem que nem sequer associe atos violentos a crime.

Na origem estão fatores diversos, como a desvalorização do sexo forçado nas relações de intimidade e atos sexuais

menores; os consumos excessivos de álcool e outras substâncias; a liberdade e excessos usuais nas festas académicas.

O projeto Unisexo inclui uma campanha de prevenção, dirigida à população universitária, já na Festa das Latas e também na Queima das Fitas 2013.

Assim, para a Festa das Latas de 2012, o objetivo da campanha é veicular a seguinte mensagem-chave: "Depois do não, pára. Respeita a vontade dos outros. A violência sexual é crime".

PORTUGAL
JUSTIÇA

Do Ministério Público, com amor

A Procuradoria-Geral da República ficará nas mãos de uma mulher conhecida pela frontalidade e integridade. Chega pela mão da ministra da Justiça e ambas estão de acordo sobre a necessidade de reforma do processo penal. Espera-se mudança

POR ISABEL NERY

Nos tribunais é Joana Marques Vidal, mas o «Joaninha» dos tempos da escola primária, em Moimenta da Beira, nunca deixou de lhe assentar bem. «Ela era uma querida», diz uma antiga colega da primária, feita no distrito de Viseu. Passaram os anos, sucederam-se os cargos de responsabilidade, mas a afetividade nunca ficou para trás.

Alguns dirão que não é disso que precisa a Justiça. Talvez se enganem. Filha de um ex-diretor da Polícia Judiciária e juiz jubilado, José Marques Vidal, a primeira mulher a tornar-se presidente da Associação de Apoio à Vítima (APAV) e agora também primeira procuradora-geral da República é conhecida pela assertividade e convicção que põe em tudo o que faz.

Na área de família e menores, que acompanha desde os primeiros passos na carreira, deixou marca. Há mesmo quem diga que existe «um antes e um depois de Joana Marques Vidal» na proteção das crianças - e das vítimas em geral. Por isso mesmo, a presidência da APAV, que assumiu durante seis anos, parecia talhada para ela.

QUASE AÇORIANA

Solteira e sem filhos, entregou-se às causas da infância com a mesma convicção com que assumiu o seu papel no Tribunal de Contas, nos Açores. Ninguém lhe notou desinteresse ou sequer desencanto por passar dos problemas da infância para processos mais administrativos. Pelo contrário. «Uma vez, faltava documentação e ela poderia ter enviado uma notificação. Em vez disso, telefonou-me

MULHER Foi a primeira à frente da APAV e será a primeira procuradora-geral da República





Tem uma tarefa ingrata e muito exigente'

Nuno Lobo Ferreira, juiz conselheiro

com um 'ó doutor, não vamos estar com isto', evitando que se esgotassem os prazos e que todo o processo fosse muito mais demorado», recorda um advogado do tribunal sediado em Ponta Delgada.

Impondo-se pela autoridade do conhecimento, conseguiu aprovação até entre os que costumam ser inimigos. «Os advogados têm uma certa alergia aos magistrados, mas Joana Marques Vidal era uma exceção. Todos gostavam de trabalhar com ela», garante a mesma fonte.

Um pequeno restaurante, na marginal de S. Miguel, era o seu poiso habitual, à hora de almoço, na ilha onde exerceu funções judiciais nos últimos oito anos. Rapidamente se adaptou aos costumes açorianos. De tal maneira que há quem a veja como especialista nas festas do Senhor Santo Cristo, as mais populares dos Açores. Empenhou-se em estudar bibliografia sobre o tema e, nos dias da procissão, representava o Tribunal de Contas, fazendo o percurso de beca. Para Joana Marques Vidal, «isso fazia parte das suas funções», diz uma deputada regional, que não hesita em classificá-la como «açoriana de coração». Na ilha, a notícia da nomeação não podia ter sido mais bem recebida: «Finalmente, no meu país, aconteceu alguma coisa boa», comentou a antiga aluna, quando soube do nome proposto para o mandato à frente da Procuradoria.

A RUTURA

De regresso a Lisboa a partir de 12 de outubro, dia em que tomará posse, terá de enfrentar o mau tempo dos canais judiciais, com vários casos polémicos (*ver caixa*) ainda por resolver e com a expectativa de uma mudança que muitos consideram vital para o sistema. «O descrédito da Justiça é total. É urgente mudar a lei processual penal e Joana Marques Vidal tem a capacidade de persuasão necessária para isso. É um sinal de esperança», acredita um juiz com quem trabalhou em Cascais.

Irmã de um procurador da República, envolvido na investigação do processo ►

PORTUGAL
JUSTIÇA

Processos quentes

A pesada herança de Pinto Monteiro



BPN Oliveira e Costa, antigo presidente do BPN, está em julgamento e responde por crimes de abuso de confiança, burla qualificada, falsificação de documentos e branqueamento de capitais. O processo originou outra investigação criminal a Dias Loureiro, Duarte Lima e Arlindo de Carvalho.

BPP Há vários processos em investigação e outros arquivados. A complexidade dos casos, envolvendo bancos estrangeiros e off-shores dificulta o inquérito.



DUARTE LIMA Passou seis meses em prisão preventiva e está, desde maio, em casa, com pulseira eletrónica, por suspeita de fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, num caso relacionado com a compra de terrenos em Oeiras, com dinheiros do BPN.



FACE OCULTA Processo relativo a uma alegada rede de corrupção que teria como objetivo o favorecimento do grupo empresarial do sucateiro **Manuel Godinho**, em negócios com empresas estatais. Está em julgamento no Tribunal de Aveiro. Durante a investigação, as escutas a Armando Vara, também arguido, apanharam conversas com José Sócrates.

MONTE BRANCO Decorre a investigação sobre branqueamento de capitais e fuga ao fisco, a partir da Suíça, que beneficiaria empresários e advogados. O alegado cabecilha do grupo, Michael Canals, juntamente com Nicola Figueiredo e Francisco Canas (conhecido como Zé das Medalhas), está em prisão preventiva.



PPP Teve início, em maio, um inquérito-crime às Parcerias Público-Privadas. Uma das últimas diligências foram as buscas nas casas dos ex-ministros socialistas **Mário Lino** e António Mendonça e do ex-secretário de Estado e atual deputado Paulo Campos.

PRIVATIZAÇÃO DA EDP E REN Está em investigação a intervenção e «condutas concretas», segundo a PGR, de alguns assessores financeiros do Estado nas privatizações da EDP e REN. Não está em causa a decisão final da privatização.



SUBMARINOS A compra de dois submarinos, autorizados pelo então ministro da Defesa, **Paulo Portas**, ao consórcio alemão Man Ferrostaal, continua em investigação. Este processo deu origem a um outro que envolve as contrapartidas negociadas com a empresa alemã e cujo inquérito criminal está concluído. **S.R.**



EDUARDO REZENDES/AGFOMANO ORIENTAL

AÇORES Joana Marques Vidal fazia questão de desfilar nas festas do Santo Cristo, em Ponta Delgada, em representação do Ministério Público, como nesta foto das celebrações do ano passado, ao lado de Carlos César, presidente do Governo Regional dos Açores

► *Face Oculta*, amante de música clássica e de uma boa discussão, «Joaninha» é também dona de uma teimosia que uns veem como qualidade e outros como defeito. Trabalhadora incansável, acumulava, até aqui, a presidência da APAV com a representação da República para a Região Autónoma dos Açores e a magistratura do Ministério Público, na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, sem que, por isso, fosse vista como *workaholic*. Mulher de diálogo, sim. Empenhada em consensos, também. Mas, acima de tudo, difícil de desviar do rumo traçado. Romper com o estilo do anterior procurador, Pinto Monteiro, parece ser o objetivo.

A tarefa que tem pela frente é «ingrata e muito exigente», reconhece Nuno Lobo Ferreira, juiz conselheiro da Secção Regional do Tribunal de Contas dos

Açores. Mas será por isso mesmo que o nome de Joana Marques Vidal, 56 anos, parece ter recolhido consensos. Embora não se lhe conheça ligação partidária, é vista como uma mulher de ideais de esquerda. Daí a surpresa de alguns com a nomeação, que terá sido uma escolha de Paula Teixeira da Cruz. A ministra da Justiça terá feito questão em escolher «alguém que ame o Ministério Público».

Joana Marques Vidal contará com seis anos para mostrar a força desse amor. Em mais de três décadas de tribunais, preocupou-se em sair da secretária, falando com técnicos e especialistas, antes de tomar decisões. Aproximou os tribunais das pessoas. A primeira mulher a liderar a Procuradoria-Geral da República será agora capaz de reconciliar os portugueses com o Ministério Público? **V**



Joana Marques Vidal é primeira Procuradora-Geral da República

Joana Marques Vidal foi escolhida pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Procuradora-Geral da República. A especialista em Direito da Família e dos Menores vai ser a primeira mulher a ocupar o cargo mais alto da magistratura do Ministério Público. Segundo um comunicado publicado pela presidência da República no seu site, a tomada de posse

da nova Procuradora-Geral está marcada para hoje, 12 de Outubro (sexta-feira).

Maria Joana Raposo Marques Vidal nasceu em Coimbra, há 56 anos. Iniciou a sua carreira no Ministério Público em 1979 e exercia, actualmente, as funções de auditora jurídica do representante da República para a Região Autónoma dos Açores e, em acumulação, do Ministério

Público no Tribunal de Contas (secção Regional dos Açores, em Ponta Delgada). Preside, desde 2010, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Filha do juiz jubilado José Marques Vidal, que dirigiu a Polícia Judiciária, a magistrada é irmã do procurador João Marques Vidal, que coordenou a investigação do processo "Face Oculta".

Joana Marques Vidal. A PGR que não consegue ficar quieta

A magistrada toma hoje posse e substitui Pinto Monteiro no cargo, embalada por um unânime coro de elogios às suas capacidades

SÍLVIA CANECO

silvia.caneco@ionline.pt

Vai Joana Marques Vidal resistir a não meter a mão na massa em todos os assuntos do Ministério Público (MP)? Laborinho Lúcio, ex-ministro da Justiça e uma das pessoas que mais de perto trabalhou com a magistrada, elige essa como uma das suas principais características: Joana Marques Vidal tem dificuldade em fazer simplesmente aquilo que lhe compete.

O ex-ministro e a magistrada que hoje toma posse como procuradora-geral da República trabalharam juntos nos Açores. Ele era ministro da República, ela sua auditora jurídica e representante do MP na secção regional dos Açores do Tribunal de Contas. Ela estava em Ponta Delgada, mas viajava regularmente para Angra do Heroísmo, onde o ministro da República exercia funções. Mas "mesmo tendo uma área de conforto, não se inibiu de ter um desempenho activo" junto da comunidade açoriana e "fora da área da sua competência". Envolveu-se num projecto da Universidade dos Açores relacionado com maus tratos das crianças, trabalhou de perto com as comissões de família e menores e aceitou participar em inúmeras conferências. Laborinho Lúcio faz o

balanço do trabalho conjunto num adjetivo: magnífico. "Foi magnífico trabalhar com ela. Era muito mais do que uma auditora jurídica, era uma assistente, que esteve sempre muito próxima do meu trabalho."

Joana Marques Vidal e Laborinho Lúcio até já tinham tido divergências, quando ele era ministro da Justiça e ela dirigente sindical. Havia discussões e havia conflito de ideias, mas ficaram amigos. Joana Marques Vidal não é pessoa de se exaltar nem de perder a cabeça em discussões. Anos antes, tinha sido o ex-ministro a acompanhar os seus primeiros passos na magistratura do MP – foi o coordenador do seu grupo de estágio, em Coimbra, o terceiro antes de ser criado o Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Do grupo faziam parte outros nomes que hoje são pesos pesados do MP: Maria José Morgado, directora do DIAP de Lisboa, e Francisca Van Dunem, procuradora distrital de Lisboa. Joana Marques Vidal trabalhou em comarcas como o Seixal e Cascais, mas quando teve de escolher preferiu sempre a área de família e menores, em que se tornou especialista. O trabalho desenvolvido à frente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e na Crescer Ser ajudaram a fortalecer a imagem de "uma mulher

de causas", "com ética" e "aberta ao diálogo com a sociedade civil", reconhece João Palma, ex-presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP).

Filha do juiz conselheiro jubilado Marques Vidal, chega ao cargo máximo da Procuradoria anos depois de o pai ter sido vice-procurador-geral da República. É a mais velha de seis irmãos: um deles é João Marques Vidal, o procurador que investigou o caso "Face Oculta". Tem 57 anos, é solteira e não tem filhos.

A vida privada da magistrada é o segredo mais bem guardado entre os amigos e colegas mais próximos. Chegada a hora de saber episódios curiosos, começa o complô. É hora em que todos se desmarcam. António Cluny, ex-dirigente sindical que a conheceu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e mais tarde viria a ser seu colega na comarca de Cascais, brinca: "Essas histórias não lhe vou contar." Para memória futura, descreve o que diz ser "uma mulher do nosso tempo", "activa e preocupada com os assuntos sociais". O pai, o juiz Marques Vidal, também não cedeu perante as insistências, limitando-se a dizer, com ironia, que "era uma miúda como qualquer outra e hoje é uma mulher como qualquer outra".

NOVA PGR JÁ TERÁ ESCOLHIDO O VICE

Tomada de posse

- Joana Marques Vidal toma hoje posse como procuradora-geral da República, às 15h30, no Palácio de Belém
- Foi o nome mais consensual saído das reuniões entre o governo e o Presidente da República, Cavaco Silva. O apurou que os nomes de Euclides Dâmaso, procurador-geral-districtal de Coimbra, e do juiz conselheiro Henriques Gaspar também constavam da lista

Quem será o vice PGR?

- Terá de ser um procurador-geral adjunto
- De acordo com informações recolhidas pelo *i*, Joana Marques Vidal já terá feito a sua escolha – ou escolhas, já que poderá apresentar uma lista de três. Mas o nome ainda está guardado a sete chaves porque é necessária a aprovação do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP)
- Cabe ao vice-procurador-geral-da-República liderar o Ministério Público na ausência do PGR, como aconteceu esta semana com Isabel São Marcos (já que Pinto Monteiro terminou o mandato na terça-feira)



Joana Marques Vidal toma hoje posse como procuradora-geral da República

VASCO NEVES/GLOBAL IMAGES

BI

Formação Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Julho de 1978. Começou o estágio para a magistratura do MP em Outubro de 1979

Funções Coordenou o MP junto do Tribunal de Família e Menores de Lisboa, foi vogal do CSMP e directora-adjunta do Centro de Estudos Judiciários. É vice-presidente da Associação Crescer-Ser



UMA MULHER NA PGR

Ana Paula Azevedo

paula.azevedo@sol.pt

Joana Marques Vidal toma hoje posse como procuradora-geral da República. A nomeação foi bem recebida.

Joana Marques Vidal, de 56 anos, foi o nome escolhido pelo Presidente da República e pelo Governo para suceder a Pinto Monteiro, como procuradora-geral da República (PGR). A magistrada toma hoje posse, em Belém, sendo o seu desempenho aguardado com muita expectativa.

Procuradora-geral adjunta desde 2004, Joana Marques Vidal dedicou grande parte da sua carreira nas áreas de Família e Menores. Presentemente, era auditora jurídica do representante da República nos Açores, em acumulação com as funções de coordena-

dora do Ministério Público (MP) na secção do Tribunal de Contas nesta região autónoma.

«Conhece muito bem o MP e é uma pessoa cheia de capacidades», comenta um magistrado ao SOL, recordando que Joana Marques Vidal foi vogal do Conselho Superior do MP (CSMP), além de ter pertencido por várias vezes aos órgãos dirigentes do sindicato da classe. Foi no CSMP, aliás, que travou conhecimento com a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, que pertenceu também àquele órgão.

Depois do conturbado final de mandato de Pinto Monteiro – que

cessou funções esta segunda-feira e que esteve nos últimos anos de baixo de fogo dos partidos da actual coligação de Governo e do sindicato dos magistrados –, a nomeação é vista como decisiva para a «normalização e pacificação» do MP e das suas relações com o poder político. Tanto as associações sindicais de magistrados como os partidos elogiaram a escolha.

Natural de Pedações (Águeda), filha do juiz-conselheiro José Marques Vidal (ex-vice-PGR e ex-director da PJ), iniciou a carreira em Coimbra, passando depois por Vila Viçosa, Seixal, Cascais e Lisboa (onde coordenou o MP no Tribunal de Família e Menores). Em 2002, foi directora-adjunta do Centro de Estudos Judiciários e desde 2010 presidia à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).



Joana Marques Vidal, 56 anos, «conhece muito bem o MP»



vida em números Por João Vaz

Joana Marques Vidal



1.^a

mulher PGR
SUCESSORA
DE 18 HOMENS

De 1833, quando se criou a magistratura, a Pinto Monteiro, houve um feudo masculino.

56

anos de idade
QUASE NASCIA
'BEBÉ DO ANO'

Maria Joana Raposo Marques Vidal nasceu em Coimbra, a 31-12-55, perto do Ano Novo.

5

irmãos
PRIMOGENITA DE
EX-DIRECTOR PJ

É filha do juiz jubilado José Marques Vidal e irmã do procurador do caso 'Face Oculta'.

1978

traz licenciatura
FEZ DIREITO EM
ANOS AGITADOS

Na Faculdade de Direito, da Clássica de Lisboa, viveu no meio de contestação e debate.

5

comarcas na rota
ESTÁGIO NA
CIDADE NATAL

Fez Ministério Público em Penela (pré-estágio), Coimbra, Vila Viçosa, Seixal e Cascais.

1.^a

presidente C.P.M.
NA PROTECÇÃO
DE MENORES

Estreou Comissão de Cascais, onde antes se eclipsara processo de pedofilia Casa Pia.

2

anos no CSMP
FOI VOGAL
NO CONSELHO

Esteve no C.S. do Ministério Público, a par da actual ministra Paula Teixeira da Cruz.

2010

leva a líder APAV
ACTIVISTA NO
APOIO À VÍTIMA

Trabalho na justiça da Família e Menores ligou-a às associações Crescer Ser e APAV.

10.º

lugar no Estado
MANDATO FEITO
POR SEIS ANOS

A lei da hierarquia do Estado põe o Procurador-Geral da República após vices da AR.



Marques Vidal *A consensual*

A nova procuradora-geral da República substitui Pinto Monteiro

É a primeira mulher a liderar a Procuradoria-Geral da República. Joana Marques Vidal, de 56 anos, que presidia desde 2010 à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), foi apresentada como uma escolha da ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz. Mas esta magistrada que se destacou na área do Direito da Família e Menores, e que substitui agora na PGR Fernando Pinto Monteiro, parece ter reunido consenso que é pouco habitual. Os colegas procuradores referem a sua determinação e sobriedade. O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público elogia a “grande competência, verticalidade e independência”.



Passos Coelho *O indesejado*

A candidata do PSD nos Açores demarcou-se do líder do partido

Pedro Passos Coelho foi o único líder nacional que não se deslocou aos Açores para apoiar o respectivo partido nas eleições regionais. Foi “substituído” por Marcelo Rebelo de Sousa e Marques Mendes nos comícios de final da campanha para as eleições de hoje. A ausência do líder do PSD foi justificada com a preparação do Orçamento do Estado para 2013, mas o facto é que durante a campanha a candidata do PSD, Berta Cabral, antiga mandatária regional de Passos Coelho nas eleições directas para a liderança, se demarcou claramente das políticas de austeridade que o Governo tem estado a adoptar.





Nova Procuradora-Geral da República estudou em Moimenta da Beira

Joana Marques Vidal, a nova Procuradora-Geral da República (PGR), que toma posse esta sexta-feira, 12 de Outubro, fez a instrução primária em Moimenta da Beira, na altura em que o pai, José Marques Vidal, foi aqui juiz no início da década de 1960.

A nova PGR tem 56 anos e é a primeira mulher a liderar a Procuradoria-Geral da República.

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Joana Marques Vidal é procuradora-geral adjunta, sendo actualmente representante do Ministério Público na Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas. Especializada na área de Direitos da Família e Menores, a procuradora é desde 2010 presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A magistrada é também irmã do procurador João Marques Vidal, que coordenou a investigação do processo Face Oculta.





Nova PGR quer devolver confiança ao sistema judicial



PERFIL

Joana Marques Vidal faz 57 anos em dezembro e é a primeira mulher a liderar a PGR. Natural de Albergaria-a-Velha, exercia funções como procuradora-adjunta do Tribunal de Contas nos Açores. Licenciada em Direito pela Universidade de Lisboa, especializou-se em direito da família e menores, que a levou à APAV e à Associação para o Direito dos Menores e Família. Filha do juiz jubilado Marques Vidal e irmã de João Marques Vidal, procurador no julgamento do processo "Face Oculta".

66

"É alguém profundamente sólida tecnicamente e empenhada civicamente."

Paula Teixeira da Cruz
Ministra da Justiça

"Só quero elogiar [a nova PGR] e desejar coragem, que vai precisar."

João Palma
Ex-presidente do SMMP

"É uma pessoa muito determinada e prudente, mas capaz de produzir empatia."

Armando Leandro
Juiz jubilado

"Não haverá quezílias entre a PGR e a PJ. Haverá discussão e da discussão é que virá luz."

Almeida Rodrigues
Diretor nacional da PJ

Presidente pede combate à violação do segredo de justiça e não quer "querelas na praça pública"

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

O MINISTÉRIO PÚBLICO (MP) deve assumir o combate à "crise de credibilidade e de confiança que abala o sistema judicial", pela sua "isenção, independência e coragem". Este é um dos princípios que vão orientar a atuação da nova procuradora-geral da República (PGR), Joana Marques Vidal. No discurso da tomada de posse, a magistrada sublinhou ontem a necessidade de reforçar a autonomia do MP e o respeito pela hierarquia para concretizar esta tarefa.

O presidente da República

foi mais longe e pediu expressamente à nova PGR um combate firme e determinado, "sem quaisquer transigências" às violações do segredo de justiça. Segundo Cavaco Silva, a atuação dos magistrados deve "pautar-se pelo rigor e pela discrição e deve ser avessa aos protagonismos mediáticos".

O chefe de Estado recomendou ao MP que se centre no trabalho atribuído pela lei e pela Constituição, "ao invés de se dispersar em querelas na praça pública ou em controvérsias sobre casos concretos que só contribuem para degradar a imagem judicial perante os cidadãos".

Nome consensual

As inúmeras figuras do mundo da justiça presentes mostram que o nome de Joana Marques Vidal como figura máxima do MP, substituindo Pinto Monteiro, é consen-

CASOS HERDADOS

Submarinos

O processo da compra de submarinos, autorizada por Paulo Portas quando tutelou a Defesa, já de si é complexa. Mas gerou-se muito ruído à sua volta com Pinto Monteiro a queixar-se de falta de meios e a tutela a assegurar que estes não tinham sido pedidos.

Face Oculta

As investigações sobre a alegada rede de corrupção, com empresas do Estado, a favor de Manuel Godinho envolveu Armando Vara e José Sócrates. Anteontem, um dos arquidos, Paulo Penados, pediu à PGR um novo inquérito-crime para que seja investigada a informação sobre cópias das escutas a José Sócrates.

sual. Vários membros do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), cujas relações com Pinto Monteiro não foram as melhores, assistiram à cerimónia. Rui Cardoso, presidente do SMMP, que manifestou anteriormente o desejo de que o novo PGR pertencesse ao MP, disse aos jornalistas que existem agora "todas as condições para que se inicie o processo de mudança".

A ministra da Justiça, espera empenhamento e o regresso de "uma alma ao Ministério Público". Paula Teixeira da Cruz promete garantir "todo o apoio que pudermos facultar", designadamente no combate ao crime económico e à corrupção.

"A corrupção e o crime económico corroem os pilares de um estado democrático", frisou. "No último ano a investigação cresceu 80% em matéria de corrupção." ●

ID: 44253832

16-10-2012

'Botão de pânico' para vítimas de violência foi acionado 1568 vezes

Programa. 42 mulheres e um homem, vítimas de violência doméstica, usaram a teleassistência, o telemóvel com GPS ligado a um 'call center' da Cruz Vermelha, para pedir ajuda à polícia

RUTE COELHO

Maria (nome fictício), 30 anos, vítima de violência doméstica há mais de uma década, esteve protegida pelo programa de teleassistência até agosto. Significa que durante sete meses (os três normais do programa mais um período de prolongamento de quatro meses que a vítima pediu), Maria teve por "apêndice" diário um telemóvel com GPS ligado 24 horas por dia a um call center da Cruz Vermelha. Bastava-lhe ligar o "botão de pânico" e a polícia, que tinha a sua localização exata ao minuto, acorria num ápice. "Nunca precisei de recorrer ao botão de pânico porque o meu ex-marido está sujeito pelo tribunal a uma medida de afastamento. Mas ter o aparelho da teleassistência deu-me uma enorme confiança para andar sozinha na rua", contou Maria ao DN.

Esta mulher foi uma das 43 vítimas (42 mulheres e um homem) apoiadas no projeto-piloto da medida judicial da teleassistência, o qual decorreu entre fevereiro de 2011 e 14 de abril deste ano.

Neste período foram feitos mais de sete mil telefonemas, segundo um balanço avançado ao DN por Marta Silva, da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CCIG), que gere o programa. As vítimas carregaram no "botão de pânico" do telemóvel — que prevê o acionar imediato das polícias — 1568 vezes ao longo de um ano. Deu uma média de 36 chamadas por vítima, de acordo com contas feitas pelo DN aos dados.

29 emergências num ano

Ao longo do ano passado, a maioria das ocorrências classificadas como emergências (58%, correspondendo a 19 situações) requereram a intervenção das forças de segurança.

De janeiro a 14 de abril deste ano registaram-se dez ocorrências



O projeto da teleassistência vai continuar, agora com 100 telemóveis disponíveis

que justificaram a intervenção policial depois do alerta dado pelas vítimas.

Aconteceram ainda, no primeiro trimestre, três intervenções policiais que resultaram do contacto direto das vítimas com as esquadras da PSP/postos da GNR da sua área de residência e ainda uma situação que implicou a intervenção do Instituto Nacional de

Emergência Médica (INEM), segundo referiu a técnica Marta Silva.

Já o call center da Cruz Vermelha, ao qual os telemóveis das 43 pessoas inscritas estavam ligados 24 horas por dia, fez 5560 chamadas de controlo para as vítimas. Foram chamadas de rotina para saber como estavam as pessoas, o que representou a maioria (78%) dos telefonemas, sendo os restan-

tes 22% de chamadas feitas pelas vítimas. Isto deu uma média de 129 chamadas para cada vítima.

No total, entre chamadas efetuadas pelas vítimas e pelo call center da Cruz Vermelha, foram feitos 7120 telefonemas na fase-piloto, entre fevereiro de 2011 e 14 de abril deste ano.

"Só três meses é pouco"

O projeto-piloto terminou em abril, mas como a teleassistência é uma medida de proteção prevista na lei "não está prevista a extinção do programa", salienta Marta Silva, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Pelo contrário, vai ser alargado (ver caixa).

A única crítica que a vítima que falou com o DN fez ao sistema de teleassistência foi ter um prazo. "Acho que darem o aparelho só por três meses, apesar de permitir prolongamento a pedido da vítima, é pouco. Quando mo retiraram, senti como se me puxassem o tapete por debaixo dos pés", concluiu Maria.

FACTOS

PERFIL DAS VÍTIMAS

As 43 pessoas inscritas no programa durante a fase-piloto tinham idades entre os 36 e os 45 anos, estavam empregadas e apresentavam habilitações ao nível do 2.º e 3.º ciclos de escolaridade.

MEDIDAS APLICADAS

Desde o início do programa de teleassistência foram aplicadas 60 medidas de proteção (28 decretadas em 2011 e 32 em 2012).

PROGRAMA ALARGADO

A teleassistência surgiu como medida de proteção judiciária a seguir à publicação da lei da violência doméstica, em 2009. O programa foi este ano alargado para o dobro, de 50 telemóveis disponíveis para 100, anunciou o Governo.

PROTEÇÃO

AValiação de RISCO

Um novo modelo de avaliação de risco para as vítimas de violência doméstica, concebido por uma equipa da Direção-Geral da Administração Interna, vai entrar em vigor no próximo ano e em fase experimental a partir de novembro. Elementos de 142 postos da GNR e esquadras da PSP de Lisboa e Porto vão receber formação, durante este mês, sobre este modelo de classificação do risco de vida para a vítima.

PULSEIRA ELETRÓNICA

Já aplicada por decisão judicial aos agressores em determinados casos de violência doméstica, permite o tracking, ou seja, a monitorização do agressor em tempo real. Os tribunais recorreram por 117 vezes a pulseiras eletrónicas, usadas atualmente por 66 homens, para impedir os agressores de se aproximarem de vítimas de violência doméstica, segundo dados publicados em fevereiro deste ano.

SALAS DE ATENDIMENTO

Atualmente existem no dispositivo da PSP 142 salas de atendimento e apoio às vítimas de crime, entre as quais as vítimas de violência doméstica. São salas que foram criadas para garantir um atendimento mais especializado. A GNR tem o projeto IAVE (Investigação e Apoio a Vítimas Específicas) que inclui 22 núcleos em todas as sedes de distrito. Têm ainda 210 equipas para estes casos.

APOIO DA APAV

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) tem gabinetes de apoio à vítima por todo o País, onde a mulher ou o homem agredido podem obter apoio jurídico e psicológico para o seu caso concreto. Os serviços prestados pela APAV são gratuitos e confidenciais, ao nível do atendimento e do acompanhamento. O apoio é a vítimas de violência doméstica mas também a vítimas de outros crimes.

CASAS-ABRIGO

São refúgios que existem por todo o País onde as vítimas de violência doméstica podem tentar recomeçar a vida com a sua identidade protegida e longe do agressor. Nas casas-abrigo, um alojamento seguro e temporário, vivem várias mulheres vítimas, que se interajudam. As vítimas podem requerer este apoio nos balcões da Misericórdia ou na Comissão para a Igualdade de Género, por exemplo.

3 PERGUNTAS A...

"Chegou a hora do estatuto da vítima"



JOÃO LÁZARO
Diretor executivo da APAV

A medida da teleassistência é suficiente para proteger as vítimas de violência doméstica? Não, até porque não é para todas as situações, mas para o caso em que o risco é mais elevado. Primeiro é feita uma avaliação do risco que a vítima corre e depois é decretada uma medida de proteção. A teleassistência pode ser tão eficaz como a vigilância do agressor com pulseira eletrónica. Depende das situações. Mas acho que estas medidas deviam ser vistas numa perspectiva integrada, de servirem todas as vítimas e não apenas as vítimas de violência doméstica. Ou seja, as vítimas de crime deviam ter todas a mesma proteção?

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima entende que sim e estamos à vontade para falar disso devido ao nosso trabalho. Chegou a hora de existir a definição do estatuto da vítima em Portugal. Seria uma espécie de código dos direitos da vítima. Por que razão uma vítima de crimes sexuais ou de um roubo por esticção paga uma taxa moderadora num hospital e a vítima de violência doméstica não paga? Nenhuma vítima devia pagar. Espero que este exemplo ilustre o que se pretende. E quando é que devia ser aprovado o estatuto da vítima?

Nós esperávamos que fosse em sede de revisão do Código de Processo Penal, mas já não será nesta em curso, a qual está a ser cirúrgica. Será um verdadeiro desafio para Portugal a entrada em vigor, daqui a três anos, da diretiva da União Europeia sobre os direitos das vítimas de crimes. Portugal tem o compromisso histórico de transpor a diretiva e criar o estatuto.

**Acção de sensibilização****Marcha contra
violência doméstica
no Porto**

Sensibilizar a sociedade para o flagelo social da violência doméstica foi o mote da marcha que ontem juntou cerca de três dezenas de pessoas na Praça da República, no Porto. Medo, vergonha e falta de coragem são alguns dos motivos pelos quais “só um terço dos casos é que é denunciado”, assinalou Tiago Landreiras, um dos promotores da marcha divulgada através de redes sociais e que contou com o apoio da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e Marcha Mundial das Mulheres. A marcha dirigiu-se à Avenida dos Aliados para “fazer um cordão humano”.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Marcha na rua para despertar consciências

NUNO FERNANDES VEIGA/CM



Avenida dos Aliados será o ponto de chegada, no sábado

Arrancam amanhã, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, as Jornadas de Sensibilização para a Violência Doméstica. Com apoio da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e da Associação Nacional de Empresárias, o evento acaba sábado com a segunda Marcha Contra a Violência Doméstica, partindo às 15h30, da Praça da República, rumo aos Aliados.



‘DEPOIS DO NÃO, PÁRA!’

BRAGA

PROJECTO UNISEXO

APAV lança campanha para prevenir violência sexual

APAV lança campanha para universitários, depois de 29,3% dos participantes num estudo da UMinho revelarem ter sofrido pelo menos um acto sexual não consentido.



DR

APAV concebeu camapnha especifica para o público universitário

> redacção

‘Depois do não, pára!’ é o lema da campanha que a APAV — Associação Portuguesa de Apoio à Vítima começou agora a divulgar tendo em vista a prevenção da violência sexual no ensino superior. O ‘Projecto Unisexo’ foca especificamente as relações ocasionais e de namoro estabelecidas pelos estudantes universitários.

Divulgada ontem pelo Gabinete de Apoio à Vítima de Braga, esta campanha surge depois de um estudo recente da Universidade do Minho, da autoria de Sónia Martins, se ter debruçado sobre os índices de prevalência da violência sexual entre jovens universitários e ter obtido res-

postas preocupantes e que merecem reflexão.

Nesse estudo, 29,3% dos participantes revelaram ter sofrido pelo menos um acto sexual não consentido, sendo 60% das vítimas do sexo feminino e 40% do sexo masculino.

A APAV justifica ainda a campanha com estudos internacionais feitos na Europa e nos Estados Unidos que apontam índices de prevalência da vitimação sexual feminina entre os 25% e os 30%, sendo que entre 75% e 90% das vítimas não denunciaram os crimes às autoridades ou estruturas de ajuda.

“A desvalorização do sexo forçado nas relações de intimidade e dos actos sexuais menores (como toques e beijos força-

dos), os consumos de bebidas alcoólicas e outras substâncias aliado ao ambiente de festividade, liberdade e excessos usuais nas festividades académicas são factores que podem levar a que muitas das vítimas não denunciem e nem sequer percepcionem estes actos como crime”,

● ● ●

Dirigida especificamente ao público universitário, esta campanha apela ao respeito pela vontade dos outros e alerta: “A violência sexual é crime.”

refere a APAV em comunicado difundido pela Gabinete de Braga. A actividade central do Projecto Unisexo passa pelo desenvolvimento de uma campanha de prevenção, dirigida aos estudantes universitários, através de diversos suportes: spots vídeo e rádio, folhetos, cartazes e mupis, além de outros materiais. Esta campanha tem como objectivo veicular uma mensagem chave: ‘Depois do não, pára! Respeita a vontade dos outros. A Violência sexual é crime’.



APAV promove campanha de prevenção da violência sexual no ensino superior “Depois do não, pára!”

O Projecto Unisexo, promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, visa actuar na área da prevenção da violência sexual no ensino superior, focando especificamente as relações ocasionais e de namoro estabelecidas pelos estudantes universitários. Nos Açores, e de acordo com informação avançada pela coordenadora responsável da APAV Açores, Helena Costa, irão decorrer diversas iniciativas com a população estudantil açorena envolvendo diverso material informativo e pedagógico.

Segundo nota de imprensa difundida pela APAV a desvalorização do sexo forçado nas relações de intimidade e dos actos sexuais menores (como toques e beijos forçados), os consumos de bebidas alcoólicas e outras substâncias aliado ao ambiente de festividade, liberdade e excessos usuais nas festividades académicas são fatores que podem levar a que muitas das vítimas não denunciem e nem sequer percepcionem estes actos como crime.

Estudos internacionais feitos na Europa e EUA apontam índices de prevalência da violência sexual feminina entre

os 25% e os 30%, sendo que entre 75% a 90% das vítimas não denunciaram os crimes às autoridades ou estruturas de ajuda. Num estudo recente da Universidade do Minho, da autoria de Sónia Martins, quanto aos índices de prevalência da violência sexual entre jovens universitários, verifica-se que 29,3% dos participantes revelam ter sofrido pelo menos um ato sexual não consentido, sendo 60% das vítimas do sexo feminino e 40% do sexo masculino.

A actividade central do Projeto Unisexo passa pelo desenvolvimento de uma campanha de prevenção, dirigida aos estudantes universitários, através de diversos suportes: spots vídeo e rádio, folhetos, cartazes e MUPIs, além de outros materiais. Esta campanha tem como objectivo veicular uma mensagem chave: “Depois do não, pára! Respeita a vontade dos outros. A Violência sexual é crime.”

A APAV tem como missão apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento

das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima. Através de uma abordagem informativa e educativa, nomeadamente com a campanha do Projeto Unisexo, a APAV pretende facilitar o recurso das potenciais vítimas de crimes sexuais aos serviços de ajuda, reforçar a empatia da comunidade para com as vítimas de crimes sexuais, e prevenir comportamentos de risco.

O Projeto Unisexo conta com as parcerias do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Instituto Nacional de Medicina Legal. Tem protocolos de colaboração com a Associação Académica de Coimbra e com a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra. A campanha foi desenvolvida pela agência GREY, numa parceria mecénica com a APAV, contando ainda com o apoio da .Cru para a produção vídeo. O Projeto Unisexo é financiado pelo QREN/POPH, Eixo 7 – Igualdade de género, medida 7.3. – apoio técnico e financeiro às ONG, medida gerida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

***L.J.C. com texto de apoio**



QUEM SOFRE
UM CRIME
TEM A APAV

Projecto financiado por





Campanha "Depois do não, pára" está na rua na Festa das Latas

APAV sensibiliza academia para violência sexual

●●● Voluntários da APAV - Associação de Apoio à Vítima estão a aproveitar a Festa das Latas para desenvolver a campanha "Depois do não, pára" - que visa sensibilizar a comunidade estudantil para a problemática da violência sexual.

O objetivo da campanha é explicar o que é a violência sexual e publicitar que qualquer contacto sexual não consentido é crime. O folheto que está a ser distribuído explica também como prevenir a agressão, como

ajudar quem é vítima e o que fazer em caso de violação. São igualmente fornecidos os contactos das entidades policiais e da Medicina Legal, a quem recorrer.

A campanha está inserida no projeto Unisexo, que a APAV tem na rua, em parceria com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses e o Centro de Estudos Sociais - laboratório associado da Universidade de Coimbra e com a colaboração da AAC e da associação de estudantes da ESEC.



APAV promove campanha contra a violência sexual

O Projeto Unisexo, promovido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e com a parceria da Polícia de Segurança Pública, visa atuar na área da prevenção da violência sexual no ensino superior, como declarou à TSF/Açores, Helena Costa, responsável pela APAV nos Açores.

Este projeto estende-se a nível nacional, chegando aos Açores através do spot publicitário apresentado no canal de televisão Sic Radical.

Esta campanha tem como primordial objetivo “que se respeite as vontades das pessoas, sobretudo para um público do ensino superior”, referiu a responsável pela APAV-Açores à TSF.

Pretende-se que os jovens universitários estejam mais consciencializados para o tema, pois é para alertá-los que na vida normal académica, como nas festas, nas bênçãos das pastas, estes têm sempre uma palavra a dizer”, disse Helena Costa. ♦SR/PF



APAV lança campanha de prevenção da violência sexual no ensino superior

“Depois não, pára!” é o mote de uma campanha promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à vítima que visa actuar na área da prevenção da violência sexual no

ensino superior, focando especificamente relações ocasionais e de namoro estabelecidas pelos estudantes universitários. A actividade central deste projecto Unisexo passa pelo desenvolvimento de uma campanha de prevenção, dirigida aos estudantes universitários por diversos meios e suportes de modo a veicular a mensagem “Depois do não, pára! Respeita a vontade dos outros. A violência sexual é crime”.

Este projeto conta com parcerias e protocolos de diversas instituições e a colaboração do semanário “A Voz da Figueira”.

**APAV LANÇA CAMPANHA
NAS UNIVERSIDADES**

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) está a promover uma campanha de prevenção da violência sexual no ensino superior. O projeto "Unisexo" alerta para a "desvalorização do sexo forçado nas relações de intimidade e dos atos sexuais menores (como toques e beijos forçados),

os consumos de bebidas alcoólicas e outras substâncias aliado ao ambiente de festividade, liberdade e excessos usuais nas festividades académicas". Segundo a APAV, estes "são fatores que podem levar a que muitas das vítimas não denunciem e nem sequer percecionem estes atos como crime". A ação será divulgada com maior incidência nas festas académicas de Coimbra: Festa das Latas de 2012 e Queima das Fitas de 2013. "Depois do não, para. Respeita a vontade dos outros. A violência sexual é crime" é a principal mensagem desta campanha.



APAV lança campanha de prevenção contra a violência sexual no ensino superior

Prevenir a violência sexual no ensino superior, focando especificamente as relações ocasionais e de namoro estabelecidas pelos estudantes universitários, é o objetivo da campanha Unisexo, que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima está a promover em Coimbra.

A campanha de prevenção dirigida aos estudantes e que tem o apoio da Câmara Municipal de Coimbra vai estar presente na cidade através de diversos suportes: em mupis, num dos autocarros dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, em spots vídeo que passaram nos intervalos dos concertos da Festa das Latas, num spot de rádio transmitido na Rádio Universidade de Coimbra, bem como através das equipas de rua que fazem contacto direto com os estudantes em espaços de convívio universitário.

O projeto Unisexo está também presente nos individuais de tabuleiro das cantinas dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra e dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra.

“A desvalorização do sexo forçado nas relações de intimidade e dos atos sexuais menores (como toques e beijos forçados), os consumos de bebidas alcoólicas e outras substâncias aliado ao ambiente de festividade, liberdade e excessos usuais



Campanha de prevenção vai estar presente na cidade através de diversos suportes

- 1 Em mupis, num autocarro dos SMTUC, em spots vídeo e rádio e através das equipas de rua
- 2 Projeto Unisexo está ainda presente nos individuais de tabuleiro nas cantinas das diversas escolas do ensino superior

nas festividades académicas são fatores que podem levar a que muitas das vítimas não denunciem e nem sequer percecionem estes atos como crime”, adverte a APAV.

O Projeto Unisexo (financiado pelo QREN/POPH, Eixo 7 – Igualdade de género) conta com as parcerias do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e do Instituto Nacional de Medicina Legal. Tem protocolos de colaboração com a Associação Académica de Coimbra e com a Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Patrícia Cruz Almeida
patricia.almeida@asbeiras.pt



Crime prevention seminar

A crime prevention seminar will take place on October 10, from 4pm until 6pm at the Vale Silves Community Centre, Boliqueime.

Organised by Safe Communities Algarve in partnership with the Loulé GNR, the Portuguese Association for Victim Support (APAV) and the British Consul, the seminar is aimed at promoting

safer communities through crime prevention.

It will be the first time the involved entities will come together at a single event to share their experiences with the public.

If you wish to attend the seminar, which will be conducted in English and free of charge, please contact: info@safecommunitiesalgarve.com



Loulé crime prevention seminar

The third in the series of Crime Prevention Seminars aimed at the foreign community in the Algarve will take place on 10 October from 4pm to 6pm at the Centro Social Comunitário de Vale Silves (Vale Silves Community Centre), Boliqueime.

It is being organised by 'Safe Communities Algarve' in partnership with Destacamento da GNR de Loulé. This event will include presentations by Captain Adriano, Commander of the GNR Loulé, who covers Vilamoura, Quarteira, the Golden Triangle, Salir, Boliqueime etc; Bruno Brito from the Portuguese Association for Victim Support (APAV), Angela Morado from the British Consul and David Thomas of Safe Communities Algarve.

This will be a good opportunity for those living in these areas or who have missed the earlier events to find out more about crime prevention and the work of the various organisations concerned. The Safe Residence Programme team will also be on hand

for those interested in joining the Programme.

The seminar is aimed at promoting safer communities through crime prevention. It will be the first time that these organisations and speakers have come together at a single event to share their experiences with the public and will provide a unique opportunity for questions and answers on matters of interest to the public. If you wish to attend the seminar, which will be conducted in English, please contact: info@safecommunitiesalgarve.com or through the following link giving the Subject 'Crime Prevention Seminar Loulé'; <http://www.safecommunitiesalgarve.com/ContactForm1/contact.php>.

The Vale Silves Community Centre is located between the villages of Tenoca and Alfontes about 3 kms north east of Boliqueime. It is 200 metres to the east of Tenoca and about 800 metres west of Alfontes. The Centre is at GPS: 37 09 29.60N and 8 09 34.14W. It is easily accessible from the A22, Junction 11.



Crime prevention seminar attracts over 100 residents



LOULÉ || A crime prevention seminar aimed at foreign residents living in the Loulé area was attended by around 130 people, keen to

hear first-hand advice, in English, from the local GNR police force.

The event, which took place on October 10, was

attended by Loulé Mayor Seruca Emídio and presenters included Captain Adriano, Commander of GNR Loulé, David Thomas, founder of Safe Communities Algarve (event organiser), Bruno Brito from the victims' support association *Apoio à Vítima* (APAV) and Angela Morado, Vice Consul of the British Consulate.

Also in attendance were the Boliqueime parish council president Rui Mogo and British Consul Clive Jewell.

The seminar was aimed at promoting safer communities through crime prevention. It was the first time that these organisations had come together at a single event to share their experiences with the public, and provided a unique opportunity for questions

and answers on matters of interest to the public.

In his introductory speech, David Thomas stated that the seminar was not being held in response to crime problems in the area but aimed to be a proactive initiative to help maintain the Algarve as a safe place to live and visit.

"Like any country or region, there is crime, so it is important that we as a community know what we can do to help the authorities in their efforts to keep us safe," he said.

In his presentation, Captain Adriano covered a number of topics, including the work of the GNR, the Safe Residence Programme, the importance of reporting suspicious activities, and crime trends showing a decrease in the area over the last three years.

Safe Communities Algarve stressed the importance of the public engagement with the GNR, while APAV and the British Consulate presented their work in helping to deal with crime victims.

Loulé Mayor Seruca Emídio said: "We all have a shared responsibility for the security and safety of residents. I am pleased to see that in the last two years much progress has been made in the coming together of organisations to prevent crime. This provides greater reassurance to the public."

|| Silves seminar

The fourth in the series of Crime Prevention Seminars aimed at the foreign community in the Algarve will take place on October 24 at the Silves Municipal Library from 4pm to 6pm.

Held in English, the seminar is being organised by *Safe Communities Algarve* in partnership with the Silves and Albufeira GNR.

The free-to-attend event will include presentations by Captain Bailote, Commander of GNR Silves, Captain Henriques, Commander of GNR Albufeira, the Night Guard Service, British Consulate and *Safe Communities Algarve*.

The Safe Residence Programme team will also be on hand for those interested in joining the scheme.

info@safecommunitiesalgarve